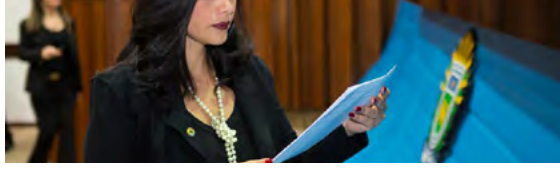


Esforço Concentrado**Deputados analisam 21 mensagens encaminhadas pelo executivo**

Durante a semana o Governo do Estado encaminhou para Assembleia 21 propostas. Entre elas o projeto que autoriza o Poder Executivo contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal (CEF), por meio da Linha de Financiamento a Infraestrutura Urbana e Social (Finisa), até o valor de R\$ 254 milhões para o Programa de Infraestrutura e Logística. [Leia mais.](#)

Segurança**Aprovado em 2ª votação proposta para proteger mulheres da violência**

O projeto dispõe sobre a criação do aplicativo Mulher Segura, que tem o objetivo de assegurar as mulheres contra casos de violência doméstica. A deputada autora da proposta foi Grazielle Machado (PR). O projeto agora segue para sanção do governador. [Leia mais.](#)

Posse**Deputados reafirmam parceria pela saúde de MS**

A pasta estadual da Saúde tem novo comando. Carlos Alberto Coimbra tomou posse nesta quarta-feira (13/12). Diversas autoridades e deputados estaduais participaram do evento que ocorreu na Governadoria. Coimbra assume o lugar de Nelson Tavares que destacou como marco de sua gestão a Caravana da Saúde. [Leia mais.](#)

Orçamento**Plenário vota orçamento estadual com 351 emendas dos parlamentares**

Aprovado em 1ª votação projeto do Poder Executivo que estima receita e fixa despesa do Estado para o exercício financeiro de 2018. A Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê arrecadação de arrecade o total de R\$ 14.497.314 bilhões. O destaque foi a Emenda Modificativa, assinada pelos 24 parlamentares, que acrescenta R\$ 7 milhões em recursos à dotação orçamentária da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). [Leia mais.](#)

ACOMPANHE A AÇÃO PARLAMENTAR



Clique Aqui

PLENÁRIO semana de 12 a 14/12/2017**Projetos Apresentados**

Projeto de Lei nº 303/17, autoria do Poder Executivo, altera a redação do inciso I do art. 5º e do inciso I do art. 16 da Lei nº 5.071, de 5 de outubro de 2017, que dispõe sobre formas excepcionais de pagamento de débitos para com a Fazenda Pública Estadual.

Emenda de Redação nº 1/17, autoria do deputado Zé Teixeira (DEM), modifica-se a ementa do Projeto de Lei nº 0279/2017, que passa a ter a seguinte redação: "Denomina-se "NEIDE DE FÁTIMA SARTOR NORONHA" a Pista de Exame Prático para as Categorias A, B, C, D e E, do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, localizada no Jardim Guaicurus, no município de Dourados."

Emenda Aditiva nº 1/17, autoria do deputado Beto Pereira (PSDB), acrescenta-se o inciso VI ao caput do art. 9º do PL nº 297/2017.

Emenda Aditiva nº 2/17, autoria do deputado Beto Pereira (PSDB), o parágrafo único do art. 3º do PL n. 297/2017, fica renumerado para § 1º e acrescentado a esse artigo os §2º, §3º e §4º.

Emenda Aditiva nº 257/17, autoria do deputado Renato Câmara (PMDB), destina-se recursos p/ implantação de redutores de velocidade na rodovia MS-162 em frente a Escola Estadual Vespasiano Martins no Distrito de Quebra Coco, no município de Sidrolândia.

Projetos Aprovados em primeira discussão

Projeto de Lei nº 256/17, autoria do deputado Mauricio Picarelli (PSDB), dispõe sobre sistema de emergência em banheiros para deficientes e pessoas com mobilidade reduzida e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 254/17, autoria do deputado Felipe Orro (PSDB), estabelece a obrigatoriedade de divulgação, de forma visível e clara por meio de afixação de tabelas, das taxas de juros nas vendas a prazo e no crédito ao consumidor pelas instituições financeiras e estabelecimentos comerciais no Estado de Mato Grosso do Sul.

Projeto de Lei nº 284/17, autoria do Poder Executivo, institui, no âmbito da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN-MS), o Comando de Operações Penitenciárias Especiais (COPE), e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 285/17, autoria do Poder Executivo, altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 2.315, de 25 de outubro de 2001, que dispõe sobre o Processo Administrativo Tributário e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 287/17, autoria do Poder Executivo, acrescenta dispositivos na Lei nº 2.105, de 30 de maio de 2000, que institui o Fundo de Investimentos Sociais e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 288/17, autoria do Poder Executivo, estabelece as diretrizes e as normas gerais sobre o acesso ao transporte escolar pelos alunos da Rede Estadual de Ensino, residente na zona rural, e institui o Programa Estadual de Transporte Escolar de Mato Grosso do Sul (PTE-MS).

Projeto de Lei nº 289/17, autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo Estadual a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal (CEF), por meio da Linha de Financiamento Infraestrutura Urbana e Social (FINISA), e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 271/17, autoria do Poder Executivo, autoriza o Estado de Mato Grosso do Sul (AGEHAB) a doar, com encargo, o imóvel que especifica, ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), representado pela Caixa Econômica Federal, tendo como intermediária a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB), e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 273/17, autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar, com encargos, ao Município de Terenos o imóvel que especifica, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 272/17, autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar, com encargo, ao Município de Campo Grande, os imóveis que especifica, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 292 /17, autoria do Poder Executivo, autoriza a Agência de habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB-MS) a doar imóveis de sua propriedade ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), representado pela Caixa Econômica Federal.

Projeto de Lei nº 294/17, autoria do Poder Executivo, altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, à Lei nº 1.963, de 11 de junho de 1999, e à Lei nº 2.783, de 19 de dezembro de 2003.

Projeto de Lei nº 295/17, autoria do Poder Executivo, altera a redação de dispositivos da Lei nº 2.330, de 4 de dezembro de 2001; da Lei nº 4.715, de 9 de setembro de 2015, e da Lei nº 4.857, de 6 de maio de 2016, para ampliar as políticas públicas de regularização, renegociação de dívidas e concessão de desconto em relação aos contratos de imóveis, pertencentes, incorporados ou administrados pela Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB-MS), no âmbito do Programa de Desfavelamento, do Programa de Recuperação de Créditos - Morar Legal e do Programa Morar Legal - Regularização, bem como dá outras providências.

Projeto de Lei nº 297 /17, autoria do Poder Executivo, institui o Programa de Regularização de Débitos Tributários e Não Tributários com a Administração Pública Direta e Indireta do Estado de Mato Grosso do Sul (PRD-MS), e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 296/17, autoria do Poder Executivo, altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre os tributos de competência do Estado, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 232/17, autoria do Poder Executivo, aprova a segunda revisão do Plano Plurianual para o período de 2016/2019.

Projeto de Lei nº 219/15, autoria do deputado Lídio Lopes (PEN), dispõe sobre a implementação de atividades com fins educativos para reparar danos causados no ambiente escolar na rede Pública Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 302/17, autoria do Poder Executivo, altera a redação do inciso I do art. 5º e do inciso I do art. 16 da Lei nº 5.071, de 5 de outubro de 2017, que dispõe sobre formas excepcionais de pagamento de débitos para com a Fazenda Pública Estadual.

Projeto de Lei nº 282/17, autoria do Poder Executivo, destina parte dos recursos do Fundo Especial de Reequipamento da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (FUNRESP-MS), ao aperfeiçoamento e à modernização da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 283/17, autoria do Poder Executivo, destina parte dos recursos do Fundo Especial de Reequipamento da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (FUNRESP-MS), ao aperfeiçoamento e à modernização da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 300/17, autoria do Tribunal de Justiça, altera dispositivos da Lei nº 2.020, de 08 de novembro de 1999.

Projeto de Lei Complementar nº 12/17, autoria da Defensoria Pública, altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar n. 111, de 17 de outubro de 2005, que organiza a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Projeto de Lei Complementar nº 13/17, autoria do Poder Executivo, altera a redação do § 1º do art. 20-C e do inciso I do Caput do art. 20-D Lei Complementar nº 93, de 5 de dezembro de 2001, que institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-EMPREENDEDOR).

Projetos Aprovados em segunda discussão

Projeto de Lei nº 154/17, autoria do deputado Pedro Kemp (PT), altera a ementa e o art. 2º e acrescenta os incisos VI, VII e o parágrafo único ao art. 3º, da Lei Estadual n. 3.272, de 9 de Outubro de 2006.

Projeto de Lei nº 258/17, autoria do Poder Executivo, altera a redação do § 4º e acrescenta o § 5º ao art. 2º da Lei nº 1.152, de 21 de junho de 1991, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 4/17, autoria do Poder Executivo, altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.758, de 9 de outubro de 2009.

Projeto de Lei nº 167/17, autoria da deputada Grazielle Machado (PR), dispõe sobre a criação do aplicativo MULHER SEGURA.

Projeto de Lei nº 234/17, autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo Estadual a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no âmbito do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal (PROFISCO II MS), com a garantia da União, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 249/17, autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a comunicação eletrônica, pelos notários, das transações realizadas com veículos automotores terrestres, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 261/17, autoria do Poder Executivo, cria o Fundo de Combate à Corrupção, e dá outras providências.

Projetos Aprovados em Discussão Única

Projeto de Decreto Legislativo nº 18/17, autoria do Poder Executivo, submete à apreciação desta Casa de Leis, os seguintes Convênios ICMS, Ajustes SINIEF e Protocolos ICMS, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

Projeto de Decreto Legislativo nº 19/17, autoria do Poder Executivo, solicito autorização para me licenciar do exercício das funções de Governador do Estado, a título de férias, de 8 até 26 de janeiro de 2018, período em que poderei me ausentar do Estado e do País.

Projeto de Decreto Legislativo nº 20/17, autoria do Poder Executivo, encaminha o Plano de Aplicação de Recursos do Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado de Mato Grosso do Sul, para exercício de 2018, para análise e aprovação pela Assembleia Legislativa do MS.

Projeto de Decreto Legislativo nº 21/17, autoria do Poder Executivo, submete à apreciação da Assembleia Legislativa os nomes das pessoas para exercerem a função de membros efetivos do Fórum Deliberativo do MS-INDÚSTRIA, e da FAMASUL, período 2017-2018.

Projeto de Resolução nº 95/17, autoria da mesa diretora (2017/2017), disciplina a abertura da 4ª Sessão Legislativa, da 10ª Legislatura.

Projetos Aprovados em Redação Final

Projeto de Lei nº 154/17, autoria do deputado Pedro Kemp (PT), altera a ementa e o art. 2º e acrescenta os incisos VI, VII e o parágrafo único ao art. 3º, da Lei Estadual n. 3.272, de 9 de Outubro de 2006.